

Acompanhando a inclusão: um percurso ético

Carolina Yuki Fujihira

Resumo

A inclusão é um movimento social, que reivindica igualdade de direitos e oportunidades às pessoas com deficiências, em convivência não segregada. Apesar de o Brasil adaptar suas leis e fiscalizações, para contemplar tais reivindicações, uma série de questionamentos sobre a inclusão, entendida como participação social, está surgindo. É de notável importância pensar a inclusão como maneira de manejar o ambiente, de forma a restabelecer condições éticas para que um lugar real no mundo dos homens possa ser obtido, em contraponto à mera participação social. E o Acompanhamento Terapêutico, com referências winnicottianas, que enfatiza o manejo do meio ambiente para oferecer cuidados para com a subjetividade e singularidade, tem condições privilegiadas para atuar neste sentido.

Unitermos

Inclusão; deficiência; mundo contemporâneo; acompanhamento terapêutico; ética.

O movimento a favor das pessoas com deficiências surgiu após as duas Grandes Guerras, paralelamente a outros que defendiam os direitos humanos e a integração de minorias, como o antipsiquiátrico, o feminismo etc.

Daquela época para cá esse movimento sofreu uma série de modificações, mas na década de 90 uma nova faceta culminou e vem ganhando força na atualidade, com a denominação de inclusão. A inclusão reivindica igualdade de direitos e oportunidades, em convivência não segregada, independentemente da deficiência e grau de comprometimento. Para tanto, destaca a responsabilidade da sociedade em oferecer suportes em todos os seus âmbitos (físicos, econômicos, legais e atitudinais) para que essa parcela da população possa obter acesso comum aos diversos espaços sociais, com maior autonomia e independência no gerenciamento de sua própria vida (Aranha, 2003).

O Brasil possui uma legislação das mais abrangentes do mundo, assegurando em sua constituição a equiparação de oportunidades na educação em escola comum e na disciplina de reserva de mercado de trabalho. Mas na

prática há muito a ser feito, pois a maioria das pessoas com deficiências continua segregada em instituições (Pastore, 2000). Também não é raro ficarmos sabendo das dificuldades que as crianças já “incluídas” e as escolas vêm encontrando na convivência comum. Professores mal orientados, sem apoio, muitas vezes conseguem apenas tolerar seus novos alunos, cabendo a estes uma participação de “faz-de-contas” e pouco entrosamento com seus colegas. Em relação à reserva de mercado de trabalho, sabemos de empresas que contratam funcionários com deficiências apenas para evitarem a multa da “Lei das Cotas”, e não têm o interesse real de abrirem uma convivência com tais funcionários. Assim, uma segregação sutil permanece nos ambientes “inclusivos”.

Várias modalidades de acompanhamento terapêutico surgiram como meios de contemplar as necessidades que emergiram com a inclusão, como:

- mediadores de emprego apoiado: profissionais que agem como facilitadores na construção de vínculos entre o funcionário com deficiência e seus colegas de trabalho, auxiliando a compreensão e a convivência mútua. Servem de ponto de apoio quando uma das partes encontra dificuldades nessa convivência;
- coordenadores de grupos de lazer: organizam e acompanham principalmente grupos de adolescentes e adultos com deficiências em atividades culturais e de lazer. Os jovens anseiam por uma vida comum com amigos, bem como a possibilidade de aproveitar a vida sem a dependência direta dos pais e outros familiares. Viagens, cinemas, discotecas, dentre outras “baladas”, são cenários de algumas atividades;
- acompanhantes de processos escolares: auxiliam professores que possuem alunos com deficiência em salas de ensino normal, apresentando alternativas para alcançar o aprendizado, bem como meios de facilitar o entrosamento com os outros alunos; também são pontos de apoio comum à comunidade escolar;
- coordenadores de grupos de referência em ONG’s (Organizações Não-Governamentais): auxiliam grupos de pessoas com deficiência a se apropriarem de seus direitos, inquietações e incômodos, para estarem mais fortalecidos frente aos desafios que a vida inclusiva oferece.

Barretto (1998) destacou o posicionamento do acompanhante terapêutico com referências winnicottianas, que enfatiza o manejo do meio ambiente para suprir as necessidades de experiências constitutivas e de integração do *self* do

acompanhado. De acordo com Winnicott, é vivenciando experiências significativas propiciadas pelo meio ambiente (composto por presenças humanas), que o *self* se constitui em uma unidade e continua seu processo de amadurecimento pelo resto da vida.

Assim, os profissionais que realizam outras modalidades do acompanhamento terapêutico (como as descritas acima), e que também utilizam a referência winnicottiana, têm uma possibilidade de atuação bastante profunda e interessante na questão da inclusão. Isto porque se o acompanhante compreender a subjetividade de seu acompanhado e o meio que estão inseridos, manejos podem ser realizados de forma a suprirem necessidades essenciais. Mas quais são as necessidades essenciais das pessoas a serem incluídas?

É claro que para cada pessoa há uma necessidade particular, uma forma singular de apresentar uma necessidade humana existencial, como a de pertencer a um meio humano. Faço esta colocação porque, se a inclusão demanda a adaptação da sociedade às necessidades das pessoas com deficiências, percebo que a adaptação realizada muitas vezes fica restrita ao registro social. Isso pode ser muito superficial e não alcançar uma experiência que contemple a necessidade essencial de pertencer ao mundo humano. Participar socialmente de algo não garante que uma pessoa possua um lugar no mundo dos homens (Safra, 2004).

No mundo atual é bastante comum observarmos um número crescente de pessoas presas a valores sociais como prestígio, padrões físicos que cada vez mais se afastam da estética humana, ritmos que mais se aproximam das máquinas. É fácil perceber como o tempo está deixando de ser humano. Isso vem acontecendo porque, de acordo com Safra (2004), a tecnologia e a globalização tentam controlar totalmente o fenômeno humano por meio da técnica e da compreensão intelectual. O ser humano passa a ser totalmente pensado, enclausurado em conceitos, técnicas e idéias.

A surpresa que um outro possa oferecer com sua singularidade é obturada pelos padrões impostos e já pensados. Existe a ilusão de um controle absoluto sobre a vida e a natureza, perdendo-se a possibilidade da surpresa e, conseqüentemente, da criatividade e do gesto que promove a singularidade.

Dentro desse contexto, como fica a pessoa com deficiência, cuja aparência física muitas vezes é bem diferente do padrão valorizado socialmente, com uma produtividade que também não se equipara à das máquinas, que quando tem um déficit intelectual não capta as informações com o dinamismo tão

requisitado? Por ter mais dificuldade para se ajustar a esses valores, muitas vezes é apenas tolerada. Tenho percebido que as pessoas incluídas, ou que desejam sê-lo, vivem em um esforço contínuo para se encaixarem em um mundo desencontrado, que não promove de fato espaço para a singularidade.

Diversidade, palavra-chave da inclusão, está muito em voga, mas podemos perceber que é utilizada como jogo de marketing. Ela é deturpada e achatada aos padrões valorizados socialmente, como a singularidade das pessoas. As adaptações sociais da inclusão configuram-se na maioria das vezes em concessões, e não em um real reconhecimento de singularidades; impera a “mesmice”, com discurso de diversidade. E a inclusão corre o risco de ficar restrita a reduzida aparência da participação social, se condições mais éticas¹, como coloca Safra, não forem (re)estabelecidas, em nossa época.

A inclusão pressupõe um manejo ético nos ambientes para que um lugar no mundo dos homens realmente possa surgir. Por isso penso que o acompanhante terapêutico, e mesmo os acompanhantes de outras modalidades do A.T. envolvidos nas questões da inclusão, têm uma possibilidade muito especial de sintonizar com maior sutileza um tipo de intervenção mais calcada em um lugar ético do que em um registro social, ao trabalharem acompanhando pessoas com deficiências em escolas, empresas, “baladas” ou nos grupos de referência.

Quando um acompanhante se posiciona a partir de um lugar ético frente à pessoa com deficiência e às pessoas nos ambientes com quais a primeira se relaciona, atua como facilitador de experiências éticas para ambos os lados; é um tipo de posicionamento que areja um ambiente poluído de padrões e conceitos. Mas se o acompanhante encarnar o especialista em “gente deficiente” e ficar restrito a orientar, promover contato, dar explicações, pode conseguir um bom desempenho de todos, mas não uma experiência de surpresa e abertura para a singularidade do outro, porque a técnica vai prevalecer.

Assim, o posicionamento do acompanhante, aberto à surpresa e à fragilidade de si e do outro, sustenta uma ventilação (condição ética), dando possibilidade de novas experiências surgirem dos contatos e relações. Experiências essas que, daí sim, podem enriquecer e contribuir para a constituição e integração do *self* de seu acompanhado (e por que não, também das pessoas envolvidas na situação), pois aparecem dentro de um ambiente humano, aberto para a criação pessoal.

Ao se colocar no mesmo “barco da vida”, ou seja, inserir-se como alguém pautado em questões humanas e não técnicas, o manejo torna-se ético (e não

técnico-psíquico-social). O acompanhante pode manejar o seu *estar com* o acompanhado nos diversos meios que estão inseridos. Segundo Safrá (2004), o *estar com* implica em ocupar o lugar de amigo e companheiro de viagem frente a um outro humano, que se defronta com a incógnita e precariedade da vida. Amigo, aqui, não se refere a uma falta de profissionalismo, e sim a estar solidário, de igual para igual, no sentido de todos partilharem as mesmas grandes questões existenciais. Isso é o que o autor chama de comunidade de destino.

O autor também salienta que apesar das biografias serem diferentes, existe o reconhecimento em si, quando o outro vive um aviltamento ético. Posicionar-se frente a outra pessoa, levando em conta este reconhecimento, possibilita a ela ocupar um lugar humano entre os homens. Por isso, estar incluído é algo muito mais complexo do que simplesmente ter uma participação social.

Gostaria de apresentar um acontecimento que me fez alinhar muitas dessas reflexões. Trabalhando em uma ONG, tive a oportunidade de acompanhar alguns jovens com deficiência mental, como coordenadora de um grupo de referência. Todos os integrantes estavam incluídos de alguma forma no mercado de trabalho, e o objetivo dos encontros era discutir sobre suas experiências.

Os cargos que ocupavam eram dos mais diversos: *office-boys*, auxiliares administrativos, atendentes de biblioteca, auxiliares de classe e garçons. A maioria estava registrada (com carteira assinada, como gostam de dizer), mas também havia jovens que prestavam serviços voluntários, além de uma moça contratada como estagiária, que tinha um período determinado de vivência em seu trabalho.

Com o passar do tempo, a jovem que estava sob contrato de estágio, Nina, deparou-se com o fim de sua vivência e teve que enfrentar a triste realidade de estar desempregada. No início parecia questionar sua saída pela dificuldade de compreender intelectualmente as diferenças entre os tipos de contrato de trabalho (estágio, carteira assinada e voluntariado). Eu intervinha no sentido do grupo acolher sua tristeza, como também propunha discussões de experiências pessoais e pesquisas sobre os diferentes tipos de contratos.

Aos poucos Nina conseguiu obter uma compreensão intelectual sobre a configuração de um estágio, mas ficou evidente que entender os diferentes tipos de contrato não aliviava sua frustração. Em vez disso, tal frustração transformou-se claramente em indignação por não ter um emprego.

Sua indignação cresceu tanto que passou a rivalizar com uma colega de grupo que trabalhava com carteira assinada, Kuka, uma moça que se destacava

por ter um emprego que lhe proporcionava uma série de vantagens valorizadas socialmente: *status* pela empresa ter grande renome, participação em muitos eventos sociais, bom salário (que lhe possibilitava comprar várias coisas) e ainda o recebimento do décimo terceiro salário.

O incômodo de Nina pelo destaque de Kuka começou a contaminar mesmo aqueles que também tinham um emprego com carteira assinada. Mas o mal-estar maior surgiu naqueles que estavam atuando como voluntários e não recebiam salário. Com Nina liderando o grupo, Kuka passou a ser o “bode expiatório”. Ela era “massacrada” em todos os encontros: tudo que trazia era transformado em algo completamente desprezível, e o grupo sempre dava um jeito de rechaçá-la.

Como coordenadora, eu tentava mostrar o que cada uma trazia como emergente grupal, mas o que conseguia verbalizar era muito abstrato para eles. Tentei comunicar-me por meio de dramatizações e outras alternativas mais concretas, para que uma identificação entre eles fosse possível. Mas nada funcionava.

Na medida em que o “massacre” ficava cada vez mais cruel e intolerável, eu me sentia cada vez mais incompetente, sem saber como dar um contorno para aquela angústia grupal. Até que um dia o ápice do mal-estar eclodiu: Kuka desorganizou-se emocionalmente e saiu correndo, gritando e chorando. O grupo teve que ser interrompido para que eu pudesse acudi-la. Naquele dia todos saíram muito angustiados, mas Nina era quem mais me preocupava. A tristeza e a culpa estavam estampadas em seu rosto.

Como tinha deixado tudo aquilo acontecer? Como deveria ter conduzido o grupo? Como manejar uma situação dessas, com pessoas cuja deficiência mental parecia uma barreira intransponível? Seria eu muito incompetente mesmo? Eram as perguntas que “martelavam” em minha cabeça. Uma semana torturante se passou até o próximo encontro.

Iniciei o encontro muito insegura diante um pesado silêncio, falando que percebia todos muito tristes com o acontecido. Sugeri que cada um de nós comentasse o que havia sentido e pensado na semana anterior. Aos poucos as pessoas foram colocando seus sentimentos de maneira surpreendentemente elaborada. Fiquei estupefata em perceber como aquelas pessoas com limitações intelectuais falavam de modo profundo, totalmente apropriadas do ocorrido. Alguns expressavam o impacto da violência vivida, dizendo que “*as palavras batiam e machucavam*”. “*Peguei pesado*”, falou Nina, com a voz trêmula e os olhos marejados. Comentou que estava se sentindo muito mal, culpada por

Kuka ter chorado daquele jeito. E acrescentou, com muita dor, entre soluços e lágrimas: "*Mas é que não sinto que estamos de igual para igual ... também quero trabalhar, ganhar dinheiro, décimo terceiro... casar, ter filhos, sabe?!".* Kuka emendou: "*Mas eu não posso ter filhos porque sou deficiente e filho deficiente dá muito trabalho!".*

Surpresa e emocionada por ouvir tudo aquilo, na minha vez de falar, não agüentei e um choro escapou! Nessa hora temi uma catarse geral. Tudo perdido, era o que o pensava naqueles segundos de desespero; minha derrota profissional estava declarada com o grupo estilhaçado. Assim que tive coragem de enfrentá-los com meu fracasso, percebi que todos estavam ali, inteiros, olhando com solidariedade e espanto. Léo, um dos integrantes, perguntou: "*você chora?!".*

Naquele momento percebi que estávamos salvos, de *igual para igual*. Tive que responder muitas perguntas a respeito de meu choro e de minha dor. E por fim, Nina disse com emoção e alívio: "*eu gostei que você chorou!".*

Foi um momento muito especial, em que toda a questão da exclusão, do sentir-se de fora, impedido de pertencer, aparecia no cenário mercado de trabalho. O conflito de estar empregado ou desempregado na verdade remetia a algo mais fundamental, que era estar ou não de igual para igual diante de outras pessoas. Como a deficiência intelectual não permitia certas experiências elaborativas, por meio de uma identificação projetiva (comunicação inconsciente), na qual eu comecei a me sentir uma profissional fracassada (já que não tinha mais técnica que desse conta), fui impelida a sentir a dor da incompetência e impedimento à qual eles estavam fadados. Um experiência de igualdade pôde ser vivida na dor do ser precário. Um encontro de gente com gente pôde acontecer, quando a técnica e os padrões socialmente valorizados deixaram o primeiro plano.

Notas

1. Condições éticas, para Safra, são ontológicas, ou seja, referem-se aos elementos fundamentais para o acontecer humano, que só é possível se houver sustentação da precariedade da vida. Todos os homens estão diante das mesmas grandes questões existenciais (a vida e a morte, o pertencer e o não pertencer etc), e a singularidade acontece quando cada um tece sobre elas, um caminho pessoal. Mas para esse caminho pessoal acontecer é necessário: a abertura para o inédito (isto implica precariedade), a liberdade para criar um modo singular de estar no mundo, a possibilidade de afetar-se pelo outro, expressar-se a seu modo, encontrar-se com o outro mas, poder também distanciar-se (solidão) e dar um sentido pessoal a sua morte.

Referências Bibliográficas

ARANHA, Maria Salete Fábio. A deficiência através da história. In: ARANHA, M.S.F. *Trabalho e emprego: instrumento de construção da identidade Pessoal e Social*. São Paulo: Sorri-Brasil; Brasília: Corde, 2003. (Série Coleção Estudos e Pesquisas na Área da Deficiência; v.9).

BARRETTO, Kleber Duarte. Da fundamentação do AT como um campo do experienciar e cuja técnica privilegiada de intervenção é o manejo. In: BARRETTO, K.D. *Ética e técnica no acompanhamento terapêutico: andanças com Dom Quixote e Sancho Pança*. São Paulo: Unimarco, 1998.

PASTORE, José. O direito ao trabalho. In: *Oportunidade de trabalho para portadores de deficiências*. 2. ed. São Paulo: LTr, 2000.

SAFRA, Gilberto. *A po-ética na clínica contemporânea*. Aparecida: Idéias & Letras, 2004. (Coleção Psicanálise Século I).

Accompanying an Inclusion: an Ethical Path

Abstract

Inclusion is a social movement that demands equal rights and opportunities to individuals with deficiency living in secluded environment. Although Brazil has adapted her legislation and control in order to observe such movement, many question the inclusion as a social participation matter. It is important to consider an inclusion as a manner to manage the environment in order to establish new ethical conditions of living in a real place in the society rather than a simple participation of individuals with deficiency in the society. The Therapeutic Accompaniment as referred in the Winnicott theory, emphasizing the importance of managing the environment in order to offer care and attention to the singular subject, provides prominent conditions to work that out.

Key words

Inclusion; deficiency; contemporary world; therapeutic accompaniment; ethics

Carolina Yuki Fujihira

Psicanalista; Acompanhante Terapêutica; Mediadora da Associação Carpe Diem; Mestranda (Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo).

Rua Redentore Gonfiantini, 155 – 05351-020 – C.S.Francisco – São Paulo/SP
tel: (11) 3768-0777
e-mail: carolinafujihira@uol.com.br

recebido em 17/04/06
aprovado em 01/06/06